

# ENTRE ESCUTAS, ENCONTROS E PESQUISAS: a trajetória política e intelectual de Mary Garcia Castro

# BETWEEN LISTENERS, MEETINGS AND RESEARCHES: a political and intellectual trajectory of Mary Garcia Castro

***Eva Fonseca Silva Spinola***

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
(UESB)  
evafonsecasilva@yahoo.com.br

***Maria Cristina Nascimento de Souza***

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
(UESB)  
nasci\_cris@hotmail.com

DOI: <https://doi.org/10.22481/odeere.v4i7.4978>

## RESUMO

Esta entrevista tem como escopo registrar algumas das experiências e saberes de uma das maiores sociólogas do Brasil, Mary Garcia Castro. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1968), mestre em Sociologia da Cultura pela mesma instituição. Também possui mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979) e doutorado em Sociologia pela University of Florida (1989). Ela tem um vasto currículo marcado por atuações e publicações nacionais e internacionais. Mary Castro foi professora e pesquisadora da UFBA, além de pesquisadora associada da Universidade Estadual de Campinas e da Universidade Católica de Salvador.

**Palavras chave:** Feminismo, Etnicidade, ODEERE.

## ABSTRACT

This interview aims to record some of the experiences and knowledge of one of Brazil's greatest sociologists, Mary Garcia Castro. Graduated in Social Sciences by the Federal University of Bahia (1968), master in Sociology of Culture by the same institution. He holds a Master's degree in Urban and Regional Planning from the Federal University of Rio de Janeiro (1979) and a PhD in Sociology from the University of Florida (1989). He has a vast curriculum marked by national and international performances and information. Mary Castro was a professor and researcher at UFBA, besides having researched about the State University of Campinas and the Catholic University of Salvador.

**Keywords:** Feminism, Ethnicity, ODEERE.

Esta entrevista tem como escopo registrar algumas das experiências e saberes de uma das maiores sociólogas do Brasil, Mary Garcia Castro (Fig. 1).



Figura 1. A socióloga Mary Garcia Castro.

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1968), mestre em Sociologia da Cultura pela mesma instituição. Também possui mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979) e doutorado em Sociologia pela University of Florida (1989). Ela tem um vasto currículo marcado por atuações e publicações nacionais e internacionais. Mary Castro foi professora e pesquisadora da UFBA, além de pesquisadora associada da Universidade Estadual de Campinas e da Universidade Católica de Salvador.

A entrevistada, que no ano de 2015 recebeu o Prêmio Bertha Lutz, instituído pelo Senado Federal para prestigiar mulheres que tenham oferecido relevante contribuição na defesa dos direitos da mulher e questões de gênero no Brasil, atualmente é bolsista de pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas na Contemporaneidade (PPGREC), na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus Jequié-BA. Autora do livro *Juventude e Sexualidade no Brasil*, a principal obra sobre o tema no país e escrita em parceria com Miriam Abramovay e Lorena Bernadete da Silva. Mary Castro tem contribuído bastante com o debate sobre

etnicidade e interseccionalidade de raça, classe, gênero e sexualidade do ODEERE – Órgão de Educação e Relações Étnicas.

Tudo isso mobilizou em nós o desejo de conhecer um pouco mais da trajetória desta exímia professora e pesquisadora que muito tem nos ensinado a respeito dessas temáticas por meio de sua participação nos eventos de gênero e diversidade sexual e como integrante das bancas de defesa das dissertações do PPGREC/UESB Campus Jequié.

**M<sup>a</sup> Cristina** - Somos muito gratas por ouvir você e conversar sobre a sua experiência enquanto militante e pesquisadora sobre gênero e sexualidade. Queremos que você comece nos falando um pouco sobre essa trajetória de militância: ser feminista, de esquerda e pesquisar temáticas subversivas como gênero e sexualidade. Quais foram os desafios que você enfrentou nessa caminhada e quais os ganhos alcançados.

**Mary Castro** - O feminismo me chega por diversos caminhos. Sem um mapa prévio. Gosto da expressão do Ortega y Gasset: “Eu sou eu e minha circunstância, e se não salvo a ela, não me salvo a mim.”, em: *“Meditações do Quixote”*.

Chego ao feminismo militante, de leituras, de ativismo, em 64. Cheguei via a militância de esquerda. Entrei na universidade, para o curso de ciências sociais na UFBA em 1964. Era secretária executiva e amante de um dos banqueiros do banco que trabalhava. E me fascinou o ambiente da universidade, a garra dos jovens, a resistência à ditadura - que, aliás, foi também estruturada nas reuniões no banco em que eu trabalhava. O contraste daquele mundo, dos banqueiros golpistas e dos jovens universitários idealistas, mexeu, fui seduzida por estes.

Na Universidade conheci e me casei com Pedro Castro, líder de esquerda e com muita sensibilidade, ficamos os melhores amigos até sua morte, e já tínhamos nos separado há mais de 30 anos. Pedro foi a minha oportunidade para me fazer socialista e feminista, sem ser careta e sem odiar os homens, ou seja, alguns. Tivemos na ditadura amigos torturados. Meu ex-marido foi uma grande pessoa. Foi torturado não fisicamente, mas sofreu pressões psicológicas na prisão, terríveis. Então eu queria contribuir contra aquela barbárie que foi o golpe militar- que hoje alguns querem apagar.

Por iniciativa do PCB em 1965 se deu a criação de um grupo de mulheres com a agenda de denunciar o estado da nação, e como esse atingia as mulheres. Pela lógica patriarcal do sistema, no princípio, uma organização de mulheres era tida como “inofensiva”. E nós do Centro Brasileiro da Mulher e do Jornal Brasil Mulher começamos a nos reunir, discutir com mulheres de favelas e sindicatos, no Rio de Janeiro, promover atividades em bairros periféricos sobre mulher e trabalho,

o terrível da situação econômica, o terrível do golpe militar. E aí as mulheres chegavam. “Ah é! Tem toda razão! Toda razão! A gente está ganhando pouco. Meu marido está ganhando pouco. Mas sabe o que eu queria também conversar com vocês. Eu hoje ‘tô’ desesperada. Ele chegou bêbado, ele me bateu, e eu já não aguento mais os filhos”. Aí nós fomos despertando! Que além da exploração do sistema político econômico, havia uma opressão micropolítica nas relações homem e mulher. E essas mulheres do dito “povão” muito nos ensinou - porque tivemos capacidade e capital cultural cultivado nos encontros feministas para apreender suas lições. Enquanto nós, militantes chegávamos nas favelas, para querer discutir sobre capitalismo, elas, assim como quem não quer nada comentavam: “Aí. Eu estou com o corpo dolorido. Eu trabalhei a noite toda e o cara ainda quis transar comigo. Isso é horrível. Isso é horrível”. E a gente começar a perguntar: “Você já teve orgasmos?” E elas, “O que é isso?”. Ora, eu com o meu marido militante e de aguda sensibilidade, tinha uma vida sexual gostosa e não considerava em um regime militar que era hora de discutir sexualidade, violência contra a mulher se o algoz era o marido, e, confesso que como aprendi com aquelas mulheres. A realidade se impôs. Por que ‘que’ a realidade se impôs para mim? Porque eu vivia na rua. Vivia na militância. Vivi fazendo pesquisa de campo, estagiaria de tudo que é pesquisa que aparecesse e porque como já me referi, fui socializada na escuta, ouvir e tentar compreender o outro.

Então, insisto, meu caminho não foi dos livros da teoria a prática. Como também não foi pelo campo aos livros. Mas por uma mistura que colaborou para que eu lesse o observado no campo, por pesquisa, ou seja, por exercício de práxis, o que envolve sem deslumbramentos a relação entre teoria e prática. Não foi fácil abandonar dogmas, e compreender aquela prática que me foi imposta, aquela realidade de mulheres que apesar de ser mal pagas, serem exploradas no seu trabalho, destacavam como angústia o fato de que o marido delas estava saindo com outra, que o marido batia que o marido era bêbado, farrista, mas que a culpada era a outra. “A puta daquela mulher que tirou meu marido”.

Então, eu creio que eu tive um feminismo por choque de realidade, ou o que chamam uma experiência de feminismo de base que se impunha, mas que pedia compreensão além do aparente, pois a questão era que se a economia política não era percebida como fundamental na vida daquelas mulheres, por outro lado ela estava ali. Mas insisto, não era percebida, nem seu entrelace com outros processos de subordinação. Tal choque de realidade, uma realidade que bem adverte Bourdieu é complexa e não se mostra ao pesquisador(a) se ele não tiver capital cultural para apreendê-la. Um capital que segundo Bourdieu pede “vigilância epistemológica”, ou seja, olhar crítico sobre a teoria e sobre o que a realidade mostra por trabalho empírico. Hoje, grande parte

das jovens chega ao feminismo, a um feminismo pronto, porque o feminismo já está estruturado em autores de alta visibilidade. Chegam por leituras. Aí começam a fazer associação entre o lido, o ensinado, com sua vida, com a vida da vizinha, com a vida de pessoas do bairro.

Eu, não. Eu sou de uma geração que decolou. Nós não ‘aterrissamos’. Nós decolamos. E eu acho que isso faz uma diferença fundamental. Eu não comecei a vida acadêmica com temáticas feministas, mas sim das desigualdades sociais. O meu primeiro trabalho, inclusive de reconhecimento internacional, foi sobre migrações internas no Brasil, por um edital da OIT, constitui uma excelente equipe interdisciplinar no SERFHAU/Ministério do Interior, nos anos 80 (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo). Foi trabalhando dados secundários, controlando sexo e tempo de residência, que identificamos situações mais problemáticas quanto à renda e trabalho, das mulheres migrantes recentes, em especial em São Paulo e Rio de Janeiro, mas também em capitais do Nordeste.

Mas mais uma vez o princípio de sensibilidade com as circunstâncias. Neste momento verificamos que as mulheres não tinham as mesmas oportunidades que os homens no mercado, e que quando migravam eram sujeitas a violências e que quando os homens migravam elas eram deixadas para trás. E que pouco tempo eles constituíam outras famílias. Então eu lhes digo “mais uma vez a realidade se impôs”. Aí no trabalho nós criamos um capítulo que não estava no projeto original sobre as mulheres e sobre as famílias no processo migratório e outro por estudo qualitativo com mulheres migrantes no Rio de Janeiro, área de periferia. Aos poucos percebemos que na literatura sobre desigualdades sociais, sobre mudança social, havia muito pouca coisa sobre a mulher, quando o campo estava nos dizendo que não era homogêneo, que havia especificidades. Não foi uma descoberta própria, mas de uma geração de pesquisadoras feministas, inclusive que trabalhavam com dados secundários.

E aí, claro, qual foi à dificuldade? Começar a estudar sobre gênero em um período em que as oportunidades de pesquisa sobre o tema eram menores. Foi graças ao campo de migrações que depois eu fui convidada pela OIT para ir trabalhar na Colômbia. Quando me alertavam naquele organismo, anos 90, que se continuasse em estudo mais macro orientados, quantitativos, no debate sobre desenvolvimento, sobre planejamento, mudanças sociais, pobreza, as oportunidades de consultoria internacional seriam maiores. E então, o desafio de querer ouvir as mulheres por estudos qualitativos, visibilizar aqueles sujeitos, assujeitados em grandes números. Eram outros tempos, os Estados e as organizações internacionais priorizavam estudos quantitativos. Por sensibilidade do coordenador da OIT na Colômbia, Lélío Marmora e do pesquisador Fernando Urrea, incluímos estudos qualitativos no campo de trabalhos sobre migrações.

Já no campo, outros desafios. Depois da Colômbia, com o então meu companheiro Fernando Urrea-a fomos, por bolsa, desenvolver estudos sobre colombianos em Nova Iorque, eu, sobre as mulheres. E daí depois, fui convidada para fazer o doutorado na Universidade da Flórida, por Charles Wood, um grande demógrafo brasileiro, um cara espetacular. Wood era 'pai' e mestre, mas ele foi bastante firme e, depois de ter rejeitado meu terceiro projeto para estudar a literatura sobre feminismo, questão racial e sexualidade no feminismo radical, liberal e marxista, ele mais ou menos comunicou: "Vamos conversar uma coisa, ou você muda de tema ou você não vai conseguir se formar aqui e principalmente comigo. Nós lhe demos a bolsa porque você era uma pesquisadora no IBGE que interpretava dados quantitativos com uma clarividência muito própria, com tudo para ser uma grande demógrafa, e você chega aqui e você não quer fazer nada com dados quantitativos?" Os dados quantitativos são muito importantes para simulações, mais partem de fenômenos que já são conhecidos. No qualitativo você está "escavando". Ora, eu estava com uma bolsa do CNPq para 3,4 anos e não dava mais para mudar de Universidade. Mas as circunstâncias me ajudaram, mudei o tema para o debate sobre mulheres chefes de família, raça e lugar no mercado, usando os últimos censos do Brasil, encontrei muito apoio do meu orientador e de outras pessoas maravilhosas que me ajudaram. Encontrei uma grande feminista, liberal-socialista, que foi minha professora na área de antropologia, grande amiga e mentora, com trabalhos reconhecidos sobre mulheres chefes de família, Helen Safa. Ela falou "Vamos trabalhar de forma triangular, combinando análises quantitativas e qualitativas sobre mulheres chefes de família no Brasil". Eu a tive como minha co-orientadora. Meu orientador também foi compreendendo, foi sendo conquistado. Tanto que quando eu defendi minha tese que foi sobre mulheres chefes de família no Rio de Janeiro e São Paulo, e as questões de raça e de gênero e as vivências dessas mulheres, combinando análises quantitativas por modelos sofisticados e qualitativos, ele me deu um diploma "de gozação" que guardo com muito carinho. Um "diploma" que diz que "nunca tinha passado por nenhuma universidade da Flórida, alguém que para provar que o marxismo e o feminismo contribuíam para explicar a vida das pessoas, tenha usado tantas tabelas e horas do computador". E para provar que as análises quantitativas por modelos de simulação tinham limitações. [Risos].

**Eva** - Ao longo de sua trajetória, você trouxe várias contribuições no debate sobre o feminismo. Como é ser feminista desse lado dos trópicos? Qual a importância e contribuição do marxismo para os estudos feministas? Como resistir aos ataques feitos contra o marxismo e o feminismo na atualidade?



**Mary Castro** - Eu acho que uma das mais expressivas contribuições foi fazer essenexo crítico entre o feminismo e o marxismo e ter convivido com autoras que foram fundamentais para a minha formação acadêmica, que foram grandes amigas, e em especial Helleith Saffioti. Saffioti foi me ensinando que o marxismo não era suficiente, mas era importante para um projeto de emancipação das mulheres e para uma perspectiva crítica ao pós-colonialismo. Com Helen as primeiras entradas sobre o que hoje mais desenvolvo em trabalhos recentes. No marxismo têm princípios básicos como o peso da materialidade das condições de vida, o lugar de reprodução para sobrevivência do capitalismo (este mais desenvolvidos por feministas marxistas), a questão da relação entre consciência e existência. Por Saffioti, fui despertada para as formulações de Luckaks sobre subjetividade e estranhamento, que desmentem a codificação do marxismo como economicismo vulgar, e desse autor também o debate sobre o lugar antológico do trabalho, ao que, por desenvolvimento de teses de Saffioti, Lauretis e outras feministas, inclusive não marxistas, como Butler, acrescentaria também o lugar do desejo. Se o marxismo me deu o debate sobre a importância do macro, das formações históricas e o desenvolvimento do capitalismo, o feminismo me deu a importância do micro e também de reunir dois níveis para compreensão de realidades vividas, inclusive não percebidas. Aí ser (re)publicado como um dos trabalhos que marcaram o debate teórico no Brasil, em muito antecipando os atuais sobre interseccionalidade, no livro organizado por Heloisa Buarque de Hollanda, um artigo meu que bem ilustra como trabalho em perspectiva feminista-marxista, que eu escrevi originalmente em 1992 e que saiu no nº 0 da Revista Estudos Feministas e em um jornal da Universidade de Cambridge. Chama-se 'Alquimia das categorias na produção do sujeito político'. Raça, gênero, classe e geração no caso das trabalhadoras domésticas organizadas na Bahia (título original). Mas assumir o feminismo e o marxismo como projetos de vida – seja quer em termos de vida intelectual e militante – tem sofrido, requer escolhas duras para uma consumista que ama boa bebida, boa comida, viajar, estar com amigos, ou seja, que tem todos os vícios capitalistas sem, no entanto, se curvar a assumir as regras do mercado capitalista. É um projeto também que encontra muita hostilidade no campo de disputas de ideias.

O fato de eu ter vivido quase 13, 14 anos nos Estados Unidos com bolsas de estudos, assim como rendas altas, porque cada consultoria daquela era alta e proporcionou-me privilégios que a maioria dos pares não têm hoje, em especial as feministas jovens, e que hoje também me cobra escolhas não por vontade, mas pelas circunstâncias, já que as oportunidades são cada vez mais escassas. Vivi tempos que me permitiam muito estudar e conviver e dialogar com a nata do feminismo internacional. A feminista desse lado dos trópicos, ela estuda e tem que trabalhar. Estuda e tem que estar preocupada com os filhos. E muitas vezes não trabalha no que lhe gratifica.

Desafio é ser coerente com projetos e responsabilidades sociais, é resistir aos ataques, inclusive ao fogo amigo – na Bahia contrariamente do que encontrei no exterior e pelo Brasil, por exemplo, o abrigo acadêmico não veio de oficiais núcleos feministas. Mas isso também é “outra história” e aprendi que há feministas e feministas, e que a sororidade ainda é uma utopia, contudo se as disputas são de ideias, são válidas, enriquecem o movimento.

Cada vez mais, em especial nesses tempos de resistências a um governo militarista, autoritário e subserviente ao ‘EUA’ e que tem a mulher, o povo LGBTQ+, o negro e o índio como inimigos, um feminismo emancipacionista de corte socialista se faz necessário, e esse é crítico aos feminismos liberais, que se contentam com a inclusão no sistema. Muito recomendo, para tal debate o recente livro (2019) “Manifesto para um Feminismo para os 99%” (Fraser e outras). Quando se opta pela associação entre feminismo e marxismo, hostilidades por correntes nesses dois campos de ideias e ativismo ocorrem.

**M<sup>a</sup> Cristina** - Você tem vários estudos sobre o trabalho com gênero e sexualidade na escola. Quais são as principais sínteses dessas suas pesquisas? Que saídas você poderia sugerir para o professorado diante da mordaza e da censura que têm sido impostas ao trabalho em sala de aula, sobretudo, nas questões de gênero, sexualidade, étnicas, raciais e de classe?

**Mary Castro** – As pesquisas nas escolas foram desenvolvidas, a maioria, com Miriam Abramovay, especialista em violências nas escolas. Em algumas, abarcamos vários constructos sobre sexualidades, como no livro *Juventudes e Sexualidades* (acessível em site da UNESCO-Brasil). Destacamos a defasagem entre percepções e vontades dos e das jovens e a escola – a distância entre cultura juvenil e a cultura escolar. Os e as jovens também vêm apresentando diferenças, as mulheres vêm adquirindo mais certezas sobre o que não querem, ampliando seu conceito de violências. Moças e jovens vêm indicando vivências em sexualidades heterogêneas, enquanto a escola não muda, tendendo ao repressivo e à norma. Registra-se nas pesquisas, angústia dos professores em lidar com o assunto sexualidade, considerando o avanço dos jovens em relação a gerações passadas, buscando caminhos próprios. O que não necessariamente significa que aboliram discriminações e desigualdades por gênero, queixando-se ainda as meninas e os/as jovens LGBTQ+ de sexismo por parte dos seus colegas, e silenciamento em relação às violências mais sutis, por parte dos professores. É notório e visível o avanço das meninas em relação aos meninos e muitos tipos de violências desses em relação a elas têm que ver com tal busca de autonomia por parte delas. Elas são mais críticas, mais interessadas em ler, conversar, e vêm buscando estar juntas. Eles não acompanham tal amadurecimento, apelam para violências. Claro que tal quadro comporta nuances,



variações por tipo de escola, região, composição social do alunado, mas basta observar como elas - quando das ocupações das escolas contra decisões autoritárias do governo de São Paulo em 2017 - impuseram grupos de discussão sobre sexualidades, gênero e relações sociais várias e organizaram as escolas para resistências. Com Abramovay e selo da UNESCO-Brasil escrevemos sobre racismo nas escolas, outra terrível e muito silenciada violência.

**Eva** - Desde o ano de 2017 você tem realizado o estágio de pós-doutorado no Órgão de Educação e Relações Étnicas (ODEERE). Como foi para você entrar em contato com o ODEERE? Quais os ensinamentos você tem trazido para o órgão e o que tem aprendido neste espaço? Um dos enfoques do ODEERE é o estudo sobre etnicidades. De que forma os estudos étnicos podem contribuir nos debates sobre gênero e sexualidade?

**Mary Castro** – Minha relação com o ODEERE e PPGREC, foi, é, de Amor à primeira vista. Aprendi muito. Eu não sabia nada de etnicidade, eu sabia sobre raça. Mas por coincidência, meus estudos, desde quando eu estava nos Estados Unidos, eram sobre identidades latino-americanas naquele país, como pela cultura, mexicanas, porto-riquenhas, colombianas resistiam através de reelaborações culturais, fortalecimento de suas comunidades de pertença, fugiam de guetos, mas insistindo em uma dinâmica cultural que combinava opressões na classe, no gênero, na nacionalidade. Creio que eu estava trabalhando etnicidade sem recorrer a tal campo de estudos. Identificava fronteiras, pertenças, combinações, lugar da sexualidade, do apreço à força da ancestralidade, da língua e como essa se transformava em dialetos próprios – o spanglish, o chicanes, entre outros assim como o simbolismo do “arroz con abichuelas”, os ‘mouros e cristianos’, tipos de arroz e feijão, na afirmação de núcleos de pertença/resistências. Destacava territórios culturais, de disputas do poder, da equação nós e eles, os outros na constituição de grupos étnicos de resistência no Império, sem se encrustar necessariamente em modelos rígidos de pertenças nacionais originais. Mas tem sido no ODEERE/PPGREC que o debate teórico e modelações de relações étnicas e há o lugar das sexualidades me chegaram. O ODEERE/PPGREC tem sido uma fase única, alimentada por muita solidariedade de pares, como a professora Marise de Santana – quem me acolheu em momento que estava à deriva, após demissão da UCSAL, oferecendo a bolsa; a professora Maria de Fátima de Gregori, minha ex-aluna na UCSAL, quem também fortaleceu minha indicação, o professor Marcos Lopes, parceiro em temas sobre sexualidades e outros. Minha estada em Jequié foi possibilitada pela sororidade de Karen Peixoto, também minha ex-orientanda na UCSAL. Além do ambiente generoso de cuidados, fui descobrindo uma nova proposta de organizar uma pós-graduação, com ênfase na relação entre curso acadêmico e um trabalho intenso de

extensão, com responsabilidade por subalternidades, enfocando inclusive temas desconfortáveis para a academia, como é o de saberes populares dos povos de terreiro, dos quilombolas, dos povos originais, e etnicidades moldadas em sexualidades não heteronormativas. O ambiente de circulação entre saberes, de relação com a comunidade em que está o ODEERE, o sentido de conhecimento em se fazendo é muito intenso e peculiar. Para Simmel, o estrangeiro seria um agente importante por mais identificar em uma comunidade suas riquezas e idiossincrasias. Creio que tenho esse olhar privilegiado, refletindo sobre o ODEERE/PPGREC em Jequié. Creio que nem todos os membros docentes e discentes têm consciência da riqueza e novidade da experiência que vivem e temo pela continuidade desse belo projeto, deixando que as naturais divergências por conta de choques de personalidades e ideias sobre gestão acadêmica sejam mais importantes do que o projeto do Programa vir se constituir em um doutorado de especial identidade e importância para o Recôncavo baiano. Vou deixar o Programa triste pela distância que se fará e torço que ele seja alavancado.

Aprendi muito sobre etnicidade, mas ainda me considero, neófito. Hoje identifico, e já escrevi sobre isso para a revista do ODEERE, que o feminismo como pensamento complexo tem muito em comum com o campo de estudos étnicos. Partem do concreto e real, estão sempre pondo a prova conhecimentos acumulados, atentos, a vivências, culturas e necessidades de várias ordens quando se faz parte de subalternidades. O que eu tenho aprendido nesse espaço é essa preocupação com negros reais, com pessoas do candomblé reais, com ciganos reais, com mulheres, transexuais entre outros, em sua diversidade e com essa riqueza que é o curso de extensão, essa riqueza da universidade com o espaço público. Por outro lado, a complexidade dos estudos étnicos pede investimentos, um curso de doutorado, porque a etnicidade não elimina a questão racial, joga sobre culturas, rupturas, ambiências, onde a cultura se redefine e assim o tempo de trabalhos etnográficos precisa ser maior.

Tanto sexualidade como o gênero são conhecimentos em se fazendo e assim como etnicidade questionam verdades e têm forte apelo para pesquisas etnográficas. Contribuí o campo de estudos sobre etnicidade para os de gênero e sexualidade quando lhes chama atenção para o peso da ancestralidade, do corpo eu, do corpo nós, do corpo território-coletividades bem discutidas quanto à importância por Guatari, como grupo de pertença/resistência. Para entender ganhos e ainda as limitações sobre os padrões, ou chamados regimes de sexualidade, hoje, tem-se que melhor entender processos históricos, como chegamos até aqui, entender por que o conceito de gênero na África não pode ser o mesmo conceito de gênero nas formações e como em algumas etnicidades e no enfrentamento ao colonialismo, o matriarcado foi importante. Importante discutir cosmologia como elas se dão na prática e não na teoria e trazem marcas de resistências e

negociações com a colonização e a pós-colonialidade. São indagações que me chegaram lendo autores do quadro do ODEERE/PPGREC e ouvindo suas reflexões e mais, acompanhando, ainda que algumas vezes de longe, seus métodos, como o das visitas, estudos orientados pela professora Marise de Santana pelo Recôncavo e casas de terreiro. As dissertações do PPGREC esgrimam com conceitos difíceis quanto à operacionalização contemporânea sobre etnresgatando formato interdisciplinar, mas o fato de serem alimentados por estudos empíricos e diálogos entre esses e o acervo teórico, muito anima. Vem se constituindo no PPGREC um rico acervo de estudos sobre o Recôncavo.

**M<sup>a</sup> Cristina** - Atualmente, você tem dialogado com autoras de origem africana como a nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. Que outras leituras você tem feito recentemente? Quais reflexões você pode nos trazer diante de suas novas leituras, discussões e produções acadêmicas?

**Mary Castro** – Da vivência acadêmica no ODEERE/PPGREC, leitura da produção docente e dissertações, e em especial da interação com a minha orientadora de bolsa, professora Marise de Santana, sua forma de exercício de um “matriarcado” pautado por cuidados com a comunidade ODEERE/PPGREC e ênfase no tema, de sua tese – legados africanos - assim como considerando o curso sobre sexualidade, gênero e etnicidade que, com o Professor Marcos Lopes ministrei em 2018, que intitulei; “Feminismos, Etnicidade, Geração e Produção de Conhecimentos – Trânsitos e Fronteiras – África e Brasil na Construção da Maternidade” e que possivelmente será desenvolvido na UFRJ, no Rio de Janeiro, considerando que recém ganhei uma bolsa de professor visitante sênior para aquela instituição. Mas é um projeto que nasceu e muito se inspira nas circunstâncias, oportunidades tidas na UESB/PPGREC/ODEERE em Jequié, e como as apreendi. Da bolsa no PPGREC o estímulo para escrever com Fernanda Leal o artigo “Importância de outro lugar de escuta: autoras brasileiras e africanas sobre maternidade e o feminino”, que consta da antologia que publiquei com Marcia Calazans e Emília Pinheiro, intitulada, América Latina: corpos, trânsito e resistências. Dentre minhas leituras de autores de países africanos, também estão: AKYEAMPONG, Emmanuel; OBENG, Pahington. Espiritualidade, Gênero e Poder na História da Etnicidade Asante. AMADIUME, Ifi. Ideologias e sistemas de parentesco na África e na Europa. EMECHETA, Buchi. **As alegrias da maternidade.** MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. MUKASONGA, Scholastique. *A Mulher de Pés Descalços*.

**Eva** - Quais análises você faz sobre a conjuntura atual de nosso país? Como explicar essa onda de

neoconservadorismo, ações antidemocráticas, fundamentalismo, anticomunismo e de violência contra os direitos dos grupos minoritários, advinda de uma parcela da população brasileira?

**Mary Castro** – Estamos vivendo um período de retrocesso, mas será que o medo ganha a esperança? Tal resposta depende de como se venha a tratar nas esquerdas, o legado escravocrata, as desigualdades sociais e o analfabetismo político. Estamos vivendo um dos golpes mais terríveis, não mais que o de 64, pois esse torturou e matou muita gente. Mas terrível em termo de legitimação pelo povo. Um golpe do autoritarismo e do conservadorismo com a legitimação do voto popular de fato interroga em que país vivemos e não sabemos. Vem a provar que toda a nossa democracia através do voto é muito frágil se não for um voto de pessoas bem informadas e politicamente conscientes. Pouco investimos em democracia participativa, e grassa o desencanto com a democracia representativa. A história do Brasil é história de autoritarismos, violências, de uma escravocracia não reparada. Estamos colhendo desencantos em relação à política, em um momento de economia muito complicado e um momento de individualismo no qual o culpado é o outro mais próximo, aquele que é diferente. Eu vejo estes tempos com muitas preocupações. A esquerda está reaprendendo a estar com o povo e a criticar a sua distância em relação ao povo, suas ilusões sobre cordialidade do brasileiro, sua complacência com racismos e sexismos, e desconsideração sobre o aumento do fundamentalismo como balsa para desencantos.

Mas acredito que o povo aos poucos vá se dando conta que não existe mito ou solução em um indivíduo. Qualquer governo que dependa de um indivíduo é complicado. E que o bandido que queriam ver morto, pode vir a ser ele, ela, em um estado que a ordem é matar. A política neoliberal de privatização por um tempo não vai ser sentida pelo povo, mas quando começarem a sentir que não se tem mais serviço médico nenhum; não se tem mais escola pública nenhuma; não se tem mais aquela floresta Amazônia porque foi vendida; não tem mais a possibilidade de riquezas do petróleo porque a Petrobrás foi vendida, que não se terá mais aposentadoria, o desconforto aumentará. O desemprego persiste, aliás, aumenta, já está em 14 milhões, a violência que seria contida a bala, mais cresce, e o mito possivelmente será questionado. Mas não creio que tal conscientização seja fácil, nem automáticas rebeliões contra o *status quo*. Nem apenas virá com resistência, por mais que esta seja necessária, e ainda que muito anime nessa o protagonismo de mulheres e jovens nas ruas.

Não dá para nos alimentarmos de determinismos, nem sobre a manutenção e crescimento do estado de barbárie atual, nem sobre a vitória inevitável dos bem-intencionados. São tempos de análises de erros históricos na conjugação de classe, raça e gênero e de tentar ir mais além que

resistências em atos pipocas. Como? Em se vivendo e se tentando. Iniciativas como as defendidas no “Manifesto feminista pelos 99%” (Fraser et al) que apela para ações internacionalistas como as greves das mulheres em vários países, nos 8 de março de 2017/2018, assim como as passeatas por “elena o” são tentativas que animam quanto as novas formas de resistência, mas ainda é cedo para prever se de fato a esperança vencerá o medo, e o mais importante, a paralise por desencanto com a politica.

**M<sup>a</sup> Cristina** - Ainda sobre o contexto atual, como você vê os entraves e ataques que têm inviabilizado os debates e o desenvolvimento das políticas públicas governamentais (educação, saúde, assistência social e direitos humanos) para os setores marginalizados como as mulheres, comunidade de terreiro, quilombolas, indígenas, negra, LGBTTTQ+, população das periferias e os grupos privados de liberdade?

**Mary Castro** – Alguns tempos atrás, as políticas do neoliberalismo eram por ataque ao estado de bem-estar social, ênfase no individualismo e ênfase nas privatizações porque era interessante. Porque a parte esquerda, uma parte da arte e a venda do capital nacional ao capital estrangeiro, mas ambíguas quanto a costumes, inclusive acenando com a inclusão de algumas “minorias”, mas se bem domesticadas. De repente você se pergunta: por que essa aliança entre o neoliberalismo, com todos esses objetivos econômicos e políticos, com o conservadorismo quanto a costumes e esse ataque à cultura, a seus mais libertários, por exemplo, no campo das sexualidades?

Das esquerdas comunga implicitamente com tais ataques. Consideram o que as chamam de “amadas lutas indenitárias”, outros de direitos de quarta geração, as demandas por direitos dos negros, das mulheres, dos LGBTTTQ+, de categorias que não se limitam a avanços econômicos, mas também culturais. Consideram como forças que fragmentariam a resistência contra o *status quo*. Mas será?

Os voos libertários traduzidos em críticas feministas, do movimento negro e do povo LGBTTTQ+ e ações por direitos, viriam cada vez mais saindo de perspectiva funcionalista, por ênfase em inclusões parciais, e colaborando para críticas a instituições como à escola e à família tradicional e também se apropriando de uma crítica para a qual raça, classe e gênero são processos estruturantes. O poder percebe que a cultura, ou a crítica cultural ameaça a economia política pelo exercício da crítica, crítica que cada vez mais se faz por nexos entre análise da cultura e da economia política, o que de fato desestabiliza paradigmas de dominação, e domesticação de vontades. Tais voos libertários decolando do corpo, vivências e sentidos sobre o que seria o bem viver desafia

poderes, balança inércias no pensar e no se organizar, quer seja à direita quer seja à esquerda.

**Eva** - Diante de toda sua experiência construída ao longo de sua carreira, quais as contribuições você poderia trazer para as/os novas/os pesquisadoras/es e para os/as militantes mais jovens? Quais os ensinamentos quer deixar para nós e outras/os?

**Mary Castro** – As descobertas são importantes, o investimento próprio assim como reconhecimento, inclusive para o exercício da crítica, de legados, da história do conhecimento. Mas preocupa que alguns jovens vêm se pautando por anti-intelectualismo e anti-academicismo. É muito preocupante essa ideia de que meu corpo fala, e que o meu lugar de fala gera verdades e que todo indivíduo que não tem a minha cor, minha posição de classe, minha sexualidade é inimiga. Cortam-se críticas sistêmicas por individualismos metodológicos. De alguma forma tais posturas fortalecem a ideia do fim da história, tão cara ao neoliberalismo. O estudo é importante, ainda que crítico epistemologicamente, do acervo civilizatório, ainda que esse tenha marcas coloniais, e que como bem afirma Foucault, saber é arma do poder. Mas o estudo com uma perspectiva crítica.

Considero a propriedade de pensamento de Butler no seu último livro sobre ‘A rua’, onde ela resgata a ideia de que não há vida bem vivida no pessoal se a gente não se preocupa com a vida bem vivida no coletivo. O ‘ver bem’ passa pela preocupação com o do outro e com investimentos em compreender tempos históricos, sem redução destes ao hoje, ao eu. Diria que a nossa tarefa, das feministas, do povo libertário, das militantes pelo melhor dia a dia e melhor futuro, hoje é estudar muito e cuidar contra arrogâncias posso criticar como parte de uma epistemologia hegemônica obras de autores de tempos passados, mas há que as conheces para criticá-las que respeitem tempos e lugares das falas - não só o seu.

Estar com o povo, não perder o acento por utopias, mas questionar receitas de bolo, caminhos fáceis ainda é um bom exercício acadêmico. Nesta entrevista meio confusa, como a entrevistada, insisti na importância de circunstâncias, oportunidades, assim como da criatividade e sensibilidade para aproveitá-las, mas citei muita gente, muitos autores que vêm me ajudando nas caminhadas.

De fato, é um mito a ideia do eu me fiz por mim, ou a de que “antes de mim o dilúvio”. Por outro lado, por mais importante que tenham sido minhas vivências, e as da minha comunidade de ideia e pertença, defendo que as segregações mais reproduzem ignorâncias. Trançar saberes e refletir sobre legados têm o seu lugar na formação de saberes libertários.

**M<sup>a</sup> Cristina** - O que falta para “Mary Castro” aos 78 anos de vivência?



**Mary Castro** - Uma casa no campo. [Risos] E energia para escrever, escrever, escrever. Eu gostaria de escrever um romance, eu gostaria de escrever a história da minha mãe. Mas hoje tanto as circunstâncias como as não oportunidades hoje não comportam sair do mercado, da academia.

Falta-me o saber, driblar o desencontro entre a juventude mental e a velhice do corpo. Eu sinto que já não tenho tanta energia. Eu sinto que a cabeça cada vez mais jovem, mas o corpo não. Vontade de fazer isso, fazer aquilo, de escrever, ler, comunicar. E o corpo pede para descansar, então, me falta conciliar vontades. Mas no mais, não sinto falta de nada não.

**Eva** - Professora Mary Castro, você sente algum reflexo da idade na academia?

**Mary Castro** - Sinto. E cada vez mais nós falamos da relação gênero e raça. Mas a codificação da mulher mais velha pede mais reflexão. A mulher mais velha é considerada assexuada. É respeitada, mas codificada como a velha senhora. Eu sinto que a nossa sociedade tem um forte preconceito em relação à idade. E que as mulheres mais velhas são consideradas como se não tivessem libido. Às vezes me irrita quando me tratam com muito salamaleque por causa de minha idade e eu acho que isso também tem a ver com uma cultura ibérica. Que é uma cultura de muita codificação e segregação - geracional. Eu não senti isso quando eu vivi em países de cultura saxônica. Não sentia a idade como inibidor na relação dos outros comigo. A mulher mais velha não é mais a mulher. Ela é a boa mãe, é a boa avó, a boa tia, a boa bruxa, a destacada mestra. Mas não é mulher. Eu sempre senti tal discriminação. Preconceito sutil, nesse cruzamento gênero e geração que provavelmente só gera segregações, isolamentos. E então você se pergunta se de fato “o outro é a mulher, ou é um o tipo de mulher, a mulher mais velha, a mulher isso ou aquilo”. O adjetivo contribui para demarcar fronteiras e olhe que gosto muito de ser velha, mas não de como são tratadas as mulheres velhas.

**Eva Fonseca Silva Spinola:** Historiadora. Mestranda em Relações Étnicas e Contemporaneidade pelo PPGREC/UESB Campus de Jequié, com área em etnia, gênero e sociedade. Especialista em Memória, História e Historiografia pela UESB Campus de Vitória da Conquista. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa e Gênero e Sexualidades.

**Maria Cristina Nascimento de Souza:** Psicóloga Clínica. Administradora. Especialista em Neuropsicologia da Educação pela UCAM/RJ. Prof<sup>a</sup> em Psicologia da Educação. Mestranda em Relações Étnicas e Contemporaneidade pelo PPGREC/UESB Campus de Jequié, com área em etnia, gênero e sociedade. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidades.

**Artigo recebido para publicação em:** Abril de 2019.

**Artigo aprovado para publicação em:** Junho de 2019.